

## LEI ORDINÁRIA Nº 774/2022., DE 07 DE ABRIL DE 2022

**EMENTA: “AUTORIZA CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE AUGUSTINÓPOLIS SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDOS E ÓRGÃOS, NOS TERMOS DO ART. 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 61 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AUGUSTINÓPOLIS**, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 62, incisos I e III da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Legislativo aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Fica o Executivo Municipal, nos termos do inc. I e III do art. 61 da Lei Orgânica do Município e inc. IX do art. 37 da Constituição Federal, autorizado a contratar para compor os quadros de servidores da Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde conforme tabela:

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>				
<b>Cargo</b>	<b>Vagas</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Carga Horária</b>
Odontólogo - ESF	02	N.S.	R\$ 3.240,00	40h-Semanal
<b>Total de Cargos</b>	<b>02</b>			

I - 02 (Dois) Odontólogos-ESF em caráter temporário, por prazo determinado, para atuarem nos setores técnicos da Secretaria Municipal de Saúde.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A necessidade temporária justifica-se pela inexistência de concurso válido para o preenchimento de vagas e necessidade premente de disponibilidade dos profissionais, atuando na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º.** As contratações vinculadas às secretarias, Fundos e órgãos da Prefeitura de Augustinópolis/TO, será de natureza administrativa, técnico e operacional pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por igual período, conforme legislação em vigor, regendo-se pela Lei nº. 662/2017 de 02 de outubro de 2017, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Municipais, ou até que houver disponibilidade de concursados.

**Art. 3º.** Os contratos autorizados por esta lei são de natureza eminentemente temporária.

**Art. 4º.** A remuneração dos servidores contratados terá reajuste, no caso de haver aumento de vencimentos dos servidores municipais, no período de contratação, sendo-lhes atribuído o mesmo percentual.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Geral do Município.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para custear as despesas advindas desta Lei, quando necessário fica o Poder executivo autorizado a abrir Crédito Adicional nas respectivas dotações orçamentárias para suplementar o empenho das despesas oriunda com as contratações, especificados nos quadros desta Lei.

**Art. 6º.** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros em 1º de março de 2022.

**GABINETE DO PREFEITO.**, Augustinópolis/TO., aos 07 dias do mês de Abril de 2022.



**ANTÔNIO CAYRES DE ALMEIDA**  
-Prefeito Municipal-